

Apenas Sto.André e Mauá não têm débito com o Consórcio

De acordo com o colegiado de prefeitos, dificuldades financeiras dos municípios prejudicaram repasses e levaram ao acúmulo de dívidas

ANGELICA RICHTER
angelicarichter@dgabc.com.br

Das sete cidades da região, apenas Mauá, comandada por Marcelo Oliveira (PT), e Santo André, por Gilvan Ferreira (PSDB), se encontram totalmente adimplentes junto ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. A entidade regional é mantida por meio de rateio entre as cidades consorciadas, pelo qual cada integrante contribui mensalmente com o equivalente a 0,28% de sua RCL (Receita Corrente Líquida). Esses recursos garantem o funcionamento do colegiado e a execução de ações regionais conjuntas.

Este ano, com receita corrente líquida estimada em R\$ 2,2 bilhões, Mauá deverá repassar R\$ 6,17 milhões por mês ao Consórcio. Já Santo André vai desembolsar mensalmente R\$ 10,7 milhões, valor correspondente ao percentual da RCL projetada para



EM 2025, Colegiado de prefeitos voltou a contar com as sete cidades

2026 em R\$ 3,83 bilhões.

O Diário teve acesso a dados sobre a situação financeira de cada cidade em relação ao contrato de rateio, incluindo valores em aberto, acordos de parcelamento e municípios que mantêm suas obrigações em dia, por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação).

Diadema, que desde 2025 tem à frente Taka Yamauchi (MDB), está adimplente com o pagamento do rateio. A cidade firmou, em 2021, acordo de parcelamento de dívida no valor aproximado de R\$ 10 milhões e vem honrando regularmente tanto as parcelas renegociadas quanto os repasses corren-

tes. Em 2026, Diadema projeta RCL de R\$ 2,32 bilhões, e o rateio à entidade regional será de R\$ 6,49 milhões mensais.

Rio Grande da Serra, governada por Akira Auriani (PSB), celebrou acordo de parcelamento de R\$ 188 mil e mantém suas obrigações em dia. Este ano, a cidade deve repassar ao colegiado de prefeitos, por mês, R\$ 494,6 mil, 0,28% da receita corrente líquida estimada em R\$ 176,6 milhões.

Ribeirão Pires, administrada por Guto Volpi (PL), que é vice-presidente do colegiado, tem parcelas em aberto referentes a 2025. O governo municipal firmou acordo de parcelamento de dívida no valor de R\$ 2,3 milhões e vinha mantendo suas obrigações em dia, mas registra parcelas do rateio de 2025 em aberto referentes aos meses de setembro a dezembro, que somam R\$ 105 mil. Em 2026, o rateio mensal fica em R\$ 1,62 milhão, para um RCL prevista de R\$ 578,8 milhões.

São Caetano deixou o Consórcio Intermunicipal no início de 2023, na gestão do ex-prefeito José Auricchio Jr. (PSD), e retomou sua participação no ano passado, já sob comando de Tite Campanella (PL). O município possui débito de R\$ 900 mil referente ao contrato de rateio de 2023, relacionado às obrigações assumidas durante os 180 dias posteriores à sua saída da entidade, além de parcelas em aberto de 2025, entre abril e agosto, que somam R\$ 958 mil,

com compromisso de quitação ainda neste exercício. A cidade projeta receita corrente líquida de R\$ 2,65 bilhões este ano, com parcelas mensais estimadas em R\$ 7,42 milhões.

São Bernardo, comandada por Marcelo Lima (Podemos), atual presidente do Consórcio, apresenta a maior dívida. Em 2023, a cidade, que tinha à frente o então prefeito Orlando Morando (sem partido), decidiu deixar o colegiado, juntamente com São Caetano.

"O município tem parcelas do rateio de 2025 em aberto referentes aos meses de setembro a dezembro, que somam R\$ 1,7 milhão, além de dívidas acumuladas dos exercícios de 2019 a 2023, da ordem de R\$ 16 milhões, atualmente em fase de negociação, com possibilidade de parcelamento em até 240 vezes", informou a entidade via LAI.

Em 2026, São Bernardo tem de desembolsar mensalmente R\$ 16,9 milhões, referente ao percentual da receita corrente líquida projetada em R\$ 6,05 bilhões.

Sobre o cenário geral, o colegiado de prefeitos ressalta que "em razão da dificuldade financeira enfrentada pelos municípios consorciados, com dívidas que se acumularam de exercícios anteriores, verifica-se que restou prejudicado sobremaneira o repasse de valores ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC relativo ao contrato de rateio, ocasionando inadimplência dos municípios junto à entidade regional".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política/Regional Pagina: 5